



CONTRATO Nº 06/2019

TERMO DE CONTRATO Nº 06/2019 PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, QUE FAZEM ENTRE SÍ A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO MONJOLINHO.

O INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL – CAMPUS AQUIDAUANA, pessoa jurídica de direito público, com sede a na Rua José Tadao Arima, 222, Vila Ycaraí, Aquidauana-MS, CEP: 79.200-000, representado por seu Diretor Geral, Hilda Ribeiro Romero, nomeada pela Portaria nº 893/2016, publicada no *DOU* de 28 de abril de 2016, inscrito(a) no CPF [REDAZIDO], portador(a) da Carteira de Identidade [REDAZIDO] denominada neste ato como CONTRATANTE, e por outro lado a Associação de Mulheres Agricultoras do Assentamento Monjolinho - AMAM, com sede no assentamento monjolinho, SN, zona rural de Anastácio/MS, inscrita no CNPJ sob n.º 24.616.229/0001-13, doravante denominado CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. Maria Da Penha Macedo, inscrita no CPF nº [REDAZIDO], fundamentados nas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, e das Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisições de Alimentos (GGPAA) n.º 50, de 26 de setembro de 2012; n.º 56, de 14 de fevereiro de 2013; n.º 64, de 20 de novembro de 2013; e n.º 73, de 26 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.º 001/2019, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 É objeto desta contratação a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, na modalidade Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para atendimento da demanda dos órgãos e entidades da administração pública e ou federal, de acordo com o edital da Chamada Pública nº 001/2019, que integra o presente Contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Handwritten signature in blue ink.



CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os alimentos da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

2.2 Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Unidade de entrega	QTD	Periodicidade	Preço de aquisição*	
					Unitário (R\$)	Total (R\$)
2	Produto: Biscoito de Bociúva (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente)	UNID.	2.340	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,63	R\$ 3.814,20
3	Produto: Biscoito de Cumbaru (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente)	UNID.	4.680	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,58	R\$ 7.394,40
	Produto: Biscoito de Pequi (pacote	UNID.	1.560	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,63	R\$ 2.542,80

Benke
Conf.



1	de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente)					
6	Produto: Fatia de bolo Cumbaru (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente)	UNID.	2.340	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,83	R\$ 4.282,20
8	Produto: Pão de jatobá (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente)	UNID.	1.560	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,30	R\$ 2.028,00
9	Produto: Pão de Cumbaru (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou	UNID.	2.340	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,30	R\$ 3.042,00

Handwritten signature



	equivalente).					
10	Produto: Pão de abóbora (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente).	UNID.	4.680	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,30	R\$ 6.084,00
11	Produto: Chipa. (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente).	UNID.	7.800	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,73	R\$ 13.494,00
12	Produto: Peçaço de torta de frango. (pacote de 60 g – embalado individualmente em papel filme PVC ou equivalente).	UNID.	6.240	Conforme cronograma de entrega	R\$ 1,82	R\$ 11.356,80
VALOR TOTAL DOS ITENS				R\$ 54.038,40		



CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 O limite individual de venda do agricultor familiar é de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), por ano civil, por órgão comprador, referente à sua produção, conforme a legislação do PAA, modalidade Compra Institucional.

3.2 O limite de venda por organização fornecedora é de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP, por ano civil, por órgão comprador, referente à sua produção, conforme a legislação do PAA, modalidade Compra Institucional.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26415/158448
Fonte: 0100
Programa de Trabalho: 138597
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação
PI: L2994P23ALN

CLÁUSULA QUINTA

5.1 O início da entrega dos alimentos será após o recebimento da convocação para o início da entrega, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou **até 18 de dezembro de 2019**.

5.2 A entrega de alimentos deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública nº 001/2019.

Handwritten signature
Auf



5.3 O recebimento dos alimentos dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais pela pessoa responsável pela entrega daqueles, no local previamente ajustado.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. Pelo fornecimento dos alimentos, nos quantitativos descritos na Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, o CONTRATADO **receberá o valor total de R\$ 54.038,40 (cinquenta e quatro mil e trinta e oito reais e quarenta centavos).**

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. No valor mencionado na cláusula sexta, estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA NONA

9.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no item 5.3, da cláusula quinta, e, após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.



9.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

10.2 São obrigações do CONTRATADO:

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: (especificar);
- c) Substituir, às suas expensas, em prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da sua notificação, o objeto com vícios ou defeitos;

Handwritten signature
Anf



- d) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, o CONTRATADO que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

11.2 O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;
- b) Multa moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia consecutivo de atraso injustificado sobre o valor do empenho, até o limite de 5 (cinco) dias;
- c) Multa moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital sobre o valor da nota de empenho, tendo o fornecedor o prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para realizar as adequações.



- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d). Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

11.3 Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, o CONTRATADO que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1 O CONTRATADO deverá guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta

Handwritten signature:
Vander
Auf



de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

12.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização efetuada pelo CONTRATANTE.

13.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1 A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do órgão ou entidade responsável pela compra.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1 O presente Contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Chamada Pública nº 001/2019, pelas Resoluções GGPAA nº 50, de 2012; nº 56, de 2013; nº 64, de 2013 e nº 73, de 2015, pela Lei nº 12.512, de 2011 e pela Lei nº 8.666, de 1993, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1 O presente Contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 18 de dezembro 2019**.

18.2 Fica acordado entre as partes que em decorrência de baixa demanda por produtos em decorrência de fatos como: paralisação, greve, suspensão de aulas, ou em dias com baixo número de alunos (especialmente no final do ano letivo) poderá ser **SUSPENSAS AS ENTREGAS**, podendo estas serem remanejadas para datas posteriores ou ainda antecipadas mediante comunicado antecipado por parte da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. É competente a JUSTIÇA FEDERAL da Comarca de Campo Grande para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Aquidauana, 01 de outubro de 2019.

IFMS – *CAMPUS* AQUIDAUANA

CONTRATANTE

Ana Lucia Cabral

Ordenadora de Despesas substituta

Portaria IFMS nº 02, de 09/01/2018



maria da penha macedo da cruz

**ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO
MONJOLINHO**

CONTRATADO

Maria da Penha Macedo da Cruz

CPF: [REDACTED]

TESTEMUNHAS:

1. NOME: *Marcilio M. D. Souza* CPF: [REDACTED]

2. NOME: *Alexandra de M. L. Marques* CPF: [REDACTED]